

MANUEL FERRERIA RODRIGUES
JOSÉ M. ARAÚJO MENDES



**HISTÓRIA DA INDÚSTRIA
PORTUGUESA
DA IDADE MÉDIA AOS NOSSOS DIAS**

**ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA**

1999

ÍNDICE

	Pág.
<i>Nota prévia</i>	13
1. AS ACTIVIDADES ARTESANAIS DA IDADE MÉDIA PORTUGUESA — INOVAÇÕES E LIMITES	15
1.1. A incontornável herança muçulmana	20
1.2. O peso e a importância da minoria judaica	31
1.3. As actividades artesanais portuguesas até ao século xv	33
1.3.1. Contexto socioeconómico e político — breve bosquejo	33
1.3.2. A intensa utilização da madeira na Idade Média	37
1.3.3. A sábia utilização da água — moinhos e azenhas	39
1.3.4. Mestrais e mestres medievais portugueses	44
1.3.5. A exploração mineira, a metalurgia e a produção de armas	49
1.3.6. A produção de telha, tijolo e louça de barro	53
1.3.7. A produção de tecidos	54
1.3.8. A produção de vidro	55
1.3.9. Outras actividades artesanais	56
1.3.10. Os transportes e o mercado de produtos artesanais	58
2. A EXPANSÃO E A INDÚSTRIA — ESTÍMULOS E CONDICIONAMENTOS	63
2.1. As técnicas dos séculos xv e xvi — continuidade ou ruptura?	66
2.2. A escassez de gente nos ofícios	77
2.3. A presença de estrangeiros em Portugal	80
2.4. Principais actividades industriais dos séculos xv e xvi	81
2.4.1. A construção naval e a armação dos navios	83
2.4.2. Os têxteis e a tinturaria	90
2.4.3. A mineração e a fundição	95
2.4.4. A produção de armas e de outros objectos metálicos	98
2.4.5. A cunhagem de moeda	102
2.4.6. A construção civil, militar e religiosa	103
2.4.7. A moagem e a produção de biscoito	105
2.4.8. A tanoaria	106
2.4.9. O fabrico de vidro	107
2.4.10. O fabrico de cerâmica, faiança e azulejo	110
2.4.11. O fabrico de papel	111
2.4.12. O fabrico de sabão	113
2.5. Outras actividades artesanais	115
2.5.1. A tipografia em Portugal, no século xvi	115
2.5.2. A ourivesaria	116
2.5.3. Os curtumes	117

guesa»³. Também José Mattoso considera que «não se podem ignorar os problemas tecnológicos, que aceleram ou retardam a produção e, conseqüentemente, condicionam o volume e o dinamismo das trocas», lamentando que até ao momento os historiadores da economia medieval não lhes tenham «ligado a devida importância, preferindo estudar estruturas de longa duração»⁴.

Oliveira Marques concorda em que «os documentos não serão muito numerosos, mas considera que o que tem faltado é sobretudo a paciência dos investigadores e o interesse pelo problema»; na verdade, a escassez de fontes não desculpa a falta registada, pois, «quando se investiga, os resultados colhidos na documentação avulsa mostram-se compensadores do tempo despendido».

Mais do que a persistência de alguns preconceitos culturais contra esse longo período histórico denominado Idade Média, a atitude da historiografia portuguesa, face às técnicas como às máquinas, releva de uma das características essenciais da cultura portuguesa, nomeadamente uma certa misotecnia e aversão ao mundo do trabalho. Não será por acaso que quase não existem ensaios e debates sobre as relações entre Técnica e História, entre Técnica e Desenvolvimento, em qualquer período da História de Portugal. Como não terá sido por acaso que quase não se sentiram entre nós quaisquer ecos da publicação de estudos como o «clássico» ensaio de Robert L. Heilbroner, *Do machines make history?*, publicado em 1967, sobre o «determinismo tecnológico»⁵. Essa atitude terá contribuído, no domínio do estudo da Idade Média portuguesa, para o alheamento generalizado das questões relacionadas com o quotidiano, as condições de trabalho e os produtos do labor de uma multidão anónima de artesãos, muitos deles muçulmanos ou judeus. Terá facilitado, afinal, a persistência dos mais fantasiosos e grosseiros preconceitos contra a Idade Média.

O estigma renascentista e protestante contra a Idade Média — considerada desde então uma época de «retrocesso civilizacional», um «intervalo» entre a Antiguidade e o Renascimento, um longo período de «dissolução e trevas» — foi há muito desmontado e criticado⁶. Essa visão, centrada especialmente nas realizações artísticas e literárias, é errónea, mesmo nesses domínios. Como Régine Pernoud, Jacques Heers, Jacques Le Goff, Lynn White e tantos outros mostraram, essa Idade Média nunca existiu! Jacques Heers pergunta: «ter-se-á plena consciência de que a *Divina Comédia* foi escrita entre 1307 e 1321, os *Sonetos* de Petrarca em 1327, o *Decameron* entre 1350 e 1355? De que Nicolo Pisani termina o púlpito do baptistério de Pisa

em 1260, e Giotto as cenas da igreja superior de Assis antes de 1300?»⁷. E mais: «porquê silenciar o facto, hoje bem demonstrado, de que, por volta de 1260, o primeiro dos Pisani se inspirou, ampla e profundamente, na estatuária gótica francesa, a das grandes catedrais do domínio real, conhecidas e admiradas em Itália?»⁸. De igual modo, Filippo Brunelleschi, um dos primeiros arquitectos do Renascimento, «escolhe como modelo para as suas obras, não os protótipos romanos clássicos mas antes os claustros do românico florentino...»⁹. A redescoberta da cultura clássica greco-romana também se verificou na Idade Média. A educação de Aquiles e o rapto de Ganimedes estão representados nas colunas da catedral de Vézelay, dos últimos anos do século XI¹⁰. Os exemplos são inúmeros, pelo que poderíamos perguntar, com as palavras de J. Heers, «onde é que se situam aqui o medieval e o moderno, a invenção e a novidade?». Lynn White, um grande historiador das técnicas medievais, é peremptório: «O milénio da Idade Média tem o interesse de ser o período durante o qual a Europa construiu a sua autoconfiança e a capacidade tecnológica que, depois de 1500, lhe possibilitou a invasão do resto do mundo, conquistando, espoliando, comerciando, colonizando»¹¹.

Outro aspecto de enorme importância para a problemática em apreço é a atitude cristã perante a Natureza, que muito contribuiu para diferenciar o Ocidente das outras civilizações. Quando os habitantes de Cnido perguntaram ao oráculo de Delfos a sua opinião acerca da oportunidade de abrir um canal que cortasse o istmo da sua península, o oráculo respondeu: «Zeus teria criado uma ilha e não uma península se tal tivesse sido a sua vontade»¹². Como refere Lynn White, «na Antiguidade, todos os rios, todas as árvores, todas as montanhas tinham os seus espíritos tutelares que deviam ser apaziguados antes de colocar um moinho num rio, cortar árvores ou abrir uma mina numa montanha [...]. A Cristandade desalojaria os espíritos e libertaria a humanidade do temor de explorar livremente a natureza»¹³.

Apesar disso, persiste junto da opinião pública, nomeadamente nos órgãos de comunicação social, a ideia falsa de que medieval é sinónimo de prepotência, terror, obscurantismo, superstição e imperícia.

A este propósito, importa reter as palavras de José Mattoso sobre o conceito de Idade Média e de outros semelhantes: de facto, «a Idade Média, a Civilização ocidental, a Cristandade são conceitos abstractos e artificiais com uma função predominantemente pedagógica, e, como tal, parcialmente inadequados à realidade. Entre a cultura do meio urbano e a do meio rural as oposições são tão grandes que se torna impossível caracterizá-las por meio de fórmulas únicas [...]. Ora o que habitualmente se diz da cultura medieval,

em 1260, e Giotto as cenas da igreja superior de Assis antes de 1300?»⁷. E mais: «porquê silenciar o facto, hoje bem demonstrado, de que, por volta de 1260, o primeiro dos Pisani se inspirou, ampla e profundamente, na estatuária gótica francesa, a das grandes catedrais do domínio real, conhecidas e admiradas em Itália?»⁸. De igual modo, Filippo Brunelleschi, um dos primeiros arquitectos do Renascimento, «escolhe como modelo para as suas obras, não os protótipos romanos clássicos mas antes os claustros do românico florentino...»⁹. A redescoberta da cultura clássica greco-romana também se verificou na Idade Média. A educação de Aquiles e o rapto de Ganimedes estão representados nas colunas da catedral de Vézelay, dos últimos anos do século XI¹⁰. Os exemplos são inúmeros, pelo que poderíamos perguntar, com as palavras de J. Heers, «onde é que se situam aqui o medieval e o moderno, a invenção e a novidade?». Lynn White, um grande historiador das técnicas medievais, é peremptório: «O milénio da Idade Média tem o interesse de ser o período durante o qual a Europa construiu a sua autoconfiança e a capacidade tecnológica que, depois de 1500, lhe possibilitou a invasão do resto do mundo, conquistando, espoliando, comerciando, colonizando»¹¹.

Outro aspecto de enorme importância para a problemática em apreço é a atitude cristã perante a Natureza, que muito contribuiu para diferenciar o Ocidente das outras civilizações. Quando os habitantes de Cnido perguntaram ao oráculo de Delfos a sua opinião acerca da oportunidade de abrir um canal que cortasse o istmo da sua península, o oráculo respondeu: «Zeus teria criado uma ilha e não uma península se tal tivesse sido a sua vontade»¹². Como refere Lynn White, «na Antiguidade, todos os rios, todas as árvores, todas as montanhas tinham os seus espíritos tutelares que deviam ser apaziguados antes de colocar um moinho num rio, cortar árvores ou abrir uma mina numa montanha [...]. A Cristandade desalojaria os espíritos e libertaria a humanidade do temor de explorar livremente a natureza»¹³.

Apesar disso, persiste junto da opinião pública, nomeadamente nos órgãos de comunicação social, a ideia falsa de que medieval é sinónimo de prepotência, terror, obscurantismo, superstição e imperícia.

A este propósito, importa reter as palavras de José Mattoso sobre o conceito de Idade Média e de outros semelhantes: de facto, «a Idade Média, a Civilização ocidental, a Cristandade são conceitos abstractos e artificiais com uma função predominantemente pedagógica, e, como tal, parcialmente inadequados à realidade. Entre a cultura do meio urbano e a do meio rural as oposições são tão grandes que se torna impossível caracterizá-las por meio de fórmulas únicas [...]. Ora o que habitualmente se diz da cultura medieval,

sem mais especificações, vale sobretudo para os meios clericais ou aristocráticos e muito menos para os outros grupos»¹⁴.

Desde os anos 70, têm sido vertidas para português diversas obras que nos dão da Idade Média europeia uma imagem assaz diferente. Com efeito, não se trata de um período de recuo ou simplesmente estático, mas de uma época de grande avanço civilizacional face ao Mundo Clássico, em vários campos, especialmente no domínio das técnicas. Dando inúmeros exemplos, Jean Gimpel é categórico: «do século XI ao século XIII, a Europa Ocidental conheceu um período de intensa actividade tecnológica, e essa foi uma das épocas da história dos homens mais fecunda em invenções»¹⁵. O mesmo historiador, que sugestivamente deu à sua obra o título *A Revolução Industrial da Idade Média*, fala de uma «Idade Média das máquinas», dizendo que «se a conhecemos tão mal é porque a história da técnica ficou muito tempo ignorada, visto que os intelectuais e os universitários quase sempre desprezaram não só o trabalho manual como o trabalho técnico dos engenheiros»¹⁶.

Mas idêntica evolução não se registou na historiografia portuguesa, com raras e notáveis excepções. Só nos últimos anos é que começaram a surgir vários estudos monográficos sobre os mais diversos aspectos da Idade Média portuguesa. A evolução da Arqueologia Medieval constitui um bom exemplo desse fenómeno.

A Arqueologia fornece vasta e preciosa informação que os documentos escritos pela sua natureza não contêm. No entanto, a Arqueologia Medieval é entre nós uma disciplina muito recente e defronta-se com dificuldades de monta: as cidades, vilas e aldeias actuais sobrepõem-se, geralmente, às antigas povoações medievais, e as disposições legais para estudo e salvaguarda dos sítios arqueológicos são, em Portugal, também muito recentes. De facto, os Serviços Regionais de Arqueologia, extensões «no terreno» do Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), são criados apenas em 1980. Até à criação da Lei de Bases do Património Cultural Portugal (Lei 13/85, de 6 de Julho, que não chegou a ser regulamentada), o instrumento jurídico fundamental neste domínio continuou a ser o Decreto n.º 20 985, de 1932¹⁷. No campo da Arqueologia, a primeira revista especializada — denominada exactamente *Arqueologia Medieval* — nasceu apenas em 1992, na sequência do trabalho desenvolvido por Cláudio Torres e a sua equipa, em Mértola. Nesse mesmo ano realizar-se-iam as Primeiras Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Foi igualmente na década de 90 que tiveram início os estudos de Arqueologia Subaquática.

Em situação idêntica se encontram os estudos sobre a Idade Média noutros campos disciplinares como a Toponímia, a Antropologia e a Etnografia.

Apesar da escassez de estudos monográficos, diversos autores consideram que as actividades artesanais da Idade Média portuguesa terão tido um significado económico e social reduzido e um grau de especialização e qualificação inferiores, se comparados com os níveis atingidos noutros espaços europeus.

Embora possamos falar de concentração e de especialização num ou noutro ramo de actividade artesanal, regra geral fixada nos poucos centros urbanos, parece certo que o conjunto se caracterizava pela dispersão, por todo o território, de uma miríade de pequenas unidades produtivas, de estrutura familiar, dependentes dos ritmos da economia rural, dos consumos locais e regionais, da escassez de recursos e matérias-primas, como das imposições senhorial, monástica ou régia.

A míngua de gente, a pobreza de recursos económicos e a *Reconquista* — guerra santa secular, feita de avanços e recuos, entrecortada por longos períodos de paz — são algumas das razões apresentadas por vários autores como explicação daquelas características. A guerra de Reconquista assume um papel de relevo nesse conjunto de razões. A guerra, real ou tomada como pretexto, marca profundamente a economia e modela a sociedade peninsular da Idade Média, a tal ponto que Jean Gautier Dalché não hesita em falar da «guerra como indústria»¹⁸. Mas a falta de recursos desempenhou, no limitado desenvolvimento da actividade artesanal, um papel bem mais decisivo que a guerra de Reconquista. Vejamos a validade explicativa dessas hipóteses.

1.1. A INCONTORNÁVEL HERANÇA MUÇULMANA

Os primórdios da História de Portugal não se compreendem nem fazem sentido, como adverte A. H. de Oliveira Marques, «sem a constante observação das realidades do sul muçulmano e dos contactos entre ele e o norte cristão»¹⁹. Se nos lembrarmos de que os muçulmanos — conjunto plural do ponto de vista étnico e cultural, unido pela identidade religiosa²⁰ — ocuparam toda a Península Ibérica, com excepção das Astúrias e do País Basco, entre um a sete séculos, ficaremos avisados para a importância e o significado da sua he-

rança cultural injustamente menosprezada, como têm mostrado alguns autores²¹. Os territórios da Galiza, do Norte e do Centro de Portugal foram habitados por árabes durante mais de um século. A região a sul do Tejo permaneceu muçulmana durante perto de meio milénio. Desde a sua chegada, em 711, até à sua expulsão do território tornado português, em 1249, os muçulmanos deixaram marcas profundas no modo de vida das populações, moldando a identidade cultural desses territórios, especialmente do sul do país, criando mesmo uma especificidade nacional.

No entanto, o facto de a Reconquista portuguesa, como escreve Adel Sidarus, ter sido «mais célere do que a dos restantes reinos ibéricos» não permitiu um «período transitório de convivência cultural e intelectual entre cristãos do Norte e muçulmanos do Sul»²², o que equivale a dizer que não propiciou uma maior influência, e não possibilitou, como realça Saul A. Gomes, uma atitude de maior salvaguarda do património islâmico²³. António Borges Coelho divulgou um apreciável volume de provas dessa postura em vários campos²⁴. Importa sublinhar também que, mesmo durante o apogeu da dominação muçulmana, o território do extremo ocidente da Península esteve sempre afastado dos centros de poder político, económico e cultural. Mesmo assim, as marcas dessa herança cultural são incontornáveis, especialmente nos domínios da cultura material.

Na Andaluzia, obviamente, as influências foram mais profundas e duradouras, pois o reino de Granada só cairia em Janeiro de 1492. Córdoba fora, durante séculos, um populoso e florescente centro mercantil, artesanal e cultural. Al-Hakam II reuniu ali, no século x, uma magnífica biblioteca de 400 000 volumes²⁵.

A integração da Península Ibérica no mundo muçulmano possibilitou a chegada dos produtos, das técnicas agrícolas e artesanais das economias-mundo do Mediterrâneo e a revitalização da civilização urbana²⁶. A economia islâmica era indissociável da sociedade urbana. O mundo rural existia em função da cidade, onde se concentrava a produção industrial e onde acudiam os camponeses para vender os seus produtos agrícolas²⁷. E essa característica vai perdurar. A cidade amuralhada muçulmana é impensável sem o espaço rural envolvente, definido pela tecnologia disponível no domínio dos transportes.

Os mercadores do comércio de longa distância — normalmente homens de grande prestígio, moçárabes e judeus —, que traziam sobretudo produtos de luxo, introduzem na Península Ibérica diversos artigos exóticos, como o açúcar, o limão, a laranja e matérias-primas como o algodão e a seda, ou ainda os perfumes, entre outros. É certo que o cultivo ou a produção de alguns deles

só mais tarde se generalizou em Portugal. No século XII já se cultivava açúcar no Algarve²⁸; já o arroz, por exemplo, só adquiriu importância económica no século XIX²⁹.

Mas a importância da presença árabe não se limita aos produtos importados. Com os produtos vieram as técnicas agrícolas e artesanais, o modo de vida. Criou-se uma verdadeira organização industrial, na qual o al-Andaluz desempenhou um papel irradiante.

A ourivesaria e a joalheria em ouro, prata, pedras preciosas e marfim, ou mesmo a preparação de couros cinzelados, atingiu níveis de elevado apuro técnico e artístico. Iguais níveis de qualidade foram conseguidos no campo da cerâmica fina, na produção de tapetes, vidro, papel, etc. Quando não foram os inventores, os muçulmanos foram os difusores de inúmeras técnicas e processos de fabrico — inclusive provenientes do Extremo Oriente —, mercê do contacto com os povos do vasto Império árabe, que se estendia do Índico ao Atlântico.

O vidro sódico muçulmano, herdeiro das técnicas sírias, dominaria a produção do Sul da Europa até à emergência do «primeiro estilo internacional» veneziano, na primeira metade do século XV³⁰. Embora não sejam conhecidos com detalhe, há mesmo notícia de terem sido realizados progressos técnicos consideráveis neste domínio. Abas ben Firnas terá descoberto um processo de fabricar cristal, em meados do século IX³¹.

Inventado na China, no ano 105 da nossa era, e conhecido pelos muçulmanos, desde 637, o papel foi difundido no Ocidente por estes após a batalha de Talas e a conseqüente conquista de Samarcanda, no ano 751 d. C. No entanto, as rotas do papel continuam a ser objecto de acesos debates. A partir dessa data, «a história do papel confunde-se com a do mundo muçulmano»³². Nos séculos X-XI, o papel chegava a Fez e dali passaria ao al-Andaluz. Em 1184, Fez terá tido quatrocentos «moinhos» de papel. E supõe-se que o sistema de trituração dos vegetais com mó foi, se não inventado, pelo menos aperfeiçoado naquela cidade³³.

Nos séculos XI e XII, encontram-se «moinhos» de papel na Andaluzia, mais concretamente em Cádiz e Sevilha, construídos pelos árabes, com a colaboração de artesãos judeus³⁴. O *Missal de Burgos* e o *Breviário Moçárabe*, do século XI, conservados no Mosteiro de S. Domingos de Silos, são os mais antigos manuscritos em papel, conhecidos na Europa³⁵. Segundo J.-L. Boithias e C. Mondin, por volta de 1150, os califas do reino de Valência instalaram engenhos em Játiva, cujo papel de linho alcançou grande nomeada. A partir dessa época, os judeus, que haviam fugido com a chegada dos almóadas a Játiva, deslocaram-se para o norte, instalando-se na Catalunha,

nos séculos XII e XIII, onde terão construído outros «moinhos». Assim, entre os séculos X e XIII, surgiram oito moinhos de papel em Espanha: Cádiz, Sevilha, Valência (Játiva), Toledo, Valladolid-Burgos, Barcelona, Manrèse e Gérone³⁶.

Não se conhece a proveniência do papel consumido em Portugal no século XIII. É possível que fosse fabricado na província de Valência ou até mesmo na Galiza. Yaqüt († 1228) dizia que «o papel de Játiva se utiliza em toda a Espanha»³⁷. Por seu lado, o abade de Cluny, Pedro Maurício, o *Venerável* (1092-1156), observou, numa peregrinação a Santiago de Compostela, realizada por volta de 1140, que os judeus fabricavam ali papel com trapos velhos³⁸. Como diz Isaías da Rosa Pereira, «não deixa de ser curioso que o mais antigo pedaço de papel conhecido em Portugal, de 1268, tenha sido utilizado numa pequena vila do Alentejo, hoje paróquia de Seda», no concelho de Alter do Chão³⁹. De cerca de 1288, existe um outro papel. No entanto, em Portugal (tal como na Bélgica, Alemanha e Inglaterra), o primeiro «moinho» de papel surgiria mais tarde, no início século XV. J. M. Esteves Pereira admite mesmo a possibilidade de se ter fabricado papel, em Portugal, no final da centúria anterior⁴⁰.

Também na metalurgia do ferro e do bronze e no fabrico de cutelaria, tanto pacífica (facas, tesouras, etc.), como bélica (cotas de malha, armas brancas, etc.), foram atingidos níveis de aperfeiçoamento notáveis⁴¹. As fontes árabes e cristãs enaltecem o fabrico de armamentos e a correlativa indústria dos couros e arreios que se tornou famosa em Córdoba e em Beja⁴².

António Borges Coelho referenciou diversos vocábulos que testemunham a importância do mundo muçulmano, nos primeiros séculos deste milénio, no domínio da metalurgia e do fabrico de armamentos: «o tubo de ferro por onde passa o ar do fole para a forja é o alcaraviz; o armeiro, o alfageme. Quanto às armas brancas, pulem-se na açacaia. Quem fabricava as espadas *Tizona* e *Colada de Cid, el Campeador*, senão os artífices do Islão, muçulmanos ou moçárabes? Quem fabricava o alfange, os almofres, as toledanas, as espadas *damasquinadas* de ouro? Onde se manufacturavam melhores armaduras do que as de Múrcia?»⁴³. No campo da fundição do ferro, «pode-se aceitar a ideia de que as chamadas forjas à catalã surgem devido à influência islâmica». A marca mourisca ficou igualmente nas ferramentas: «alicate; almofate (perfurador com que os correeiros abriam o orifício — aleizar — na sola); alferce, picareta ou alvião; chifra (instrumento de ferro para desbastar coiros), almofaça ou escova de ferro para limpar cavalos»⁴⁴.

Importante dos pontos de vista técnico e económico foi a produção têxtil, nomeadamente o fabrico de telas e tapetes de lã, linho e algodão. Note-se que a seda da manufactura real de Córdoba, instituída por Abd al-Rahman II,

rivalizava com os produtos bizantinos na sofisticação técnica como na beleza artística⁴⁵. Contudo, não se sabe se no território posteriormente nacional alguma vez se fabricaram tecidos de seda. Beja terá tido uma manufactura de algodão⁴⁶. É de crer que outras cidades produzissem, de forma especializada, tecidos de linho. O algodão, introduzido na Península Ibérica a partir dos séculos x e xi, é referido nos tratados de agronomia. A produção de tecidos de lã estaria generalizada, como parecem atestar os vestígios de teares e alguns instrumentos de fiar⁴⁷. A produção de tecidos de seda era sustentada pelo cultivo das amoreiras e criação de bichos-da-seda, actividade praticada exclusivamente por mulheres.

Os árabes utilizaram a energia hidráulica de forma criadora, nomeadamente na moagem, no fabrico de papel e de tecidos, na produção de vinho e azeite. Para tanto, conceberam máquinas para calcar, esmagar, serrar e comprimir, movidas especialmente pela força das águas dos rios, adaptadas, com pequenas alterações, às mais diversas utilizações. Por volta de 1100-1150, pilões hidráulicos, idênticos aos que eram utilizados na produção de papel, eram usados nos lagares de azeite da região de Valladolid-Burgos⁴⁸. A utilização da água na agricultura propiciou a descoberta de engenhosos sistemas de rega, a construção de açudes e o aperfeiçoamento de noras, já conhecidas dos egípcios antes da ocupação romana⁴⁹.

No campo do aproveitamento da energia hidráulica, merecem especial destaque os moinhos e as azenhas. De facto, até ao aparecimento da máquina a vapor, os moinhos e as azenhas constituíram as máquinas mais poderosas e versáteis ao serviço das comunidades humanas. Em alguns países, as primeiras unidades industriais do século xix dependeram durante décadas exclusivamente da energia hidráulica⁵⁰. Em Portugal, como se sabe, as azenhas e os moinhos de rodízio perduraram em número elevado até à Segunda Guerra Mundial.

As azenhas e, depois, os moinhos de vento ter-se-ão difundido pelo Sul da Península Ibérica, especialmente ao longo do curso do Guadalquivir, para o fabrico de vários tipos de farinhas. Com esse objectivo, os muçulmanos utilizaram também os moinhos móveis, instalados em barcos presos sobre a corrente dos rios, já conhecidos desde a Antiguidade⁵¹. Note-se também que a elevada produção de azeite e de vinho não só garantia as necessidades da população autóctone como sobrava para outras regiões mediterrânicas.

Segundo A. Jorge Dias, o moinho de água, de rodízio horizontal, referido, pela primeira vez, em 85 a. C., terá sido trazido pelos romanos para a Península Ibérica⁵². Por seu turno, Oliveira Marques entende que foi só a partir do século viii que esse moinho — também conhecido por moinho grego —

se multiplicou e generalizou por toda a parte, concorrendo com a atafona, movida por força animal ou humana⁵³, posto que não a tenha eliminado completamente, como se verá adiante.

Tal como Alberto Sampaio, Orlando Ribeiro ou Jorge Dias, também Oliveira Marques defende que a azenha (*al-saiya*) ou moinho de roda vertical foi introduzida pelos árabes na Península Ibérica⁵⁴. Mas não tem havido consenso sobre esta matéria. Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, em trabalho publicado em 1983, consideravam que «a documentação existente sobre moinhos de água não autoriza a sua repartição com maior incidência das azenhas no Sul do País». O seu maior número — dizem — localiza-se exactamente no Noroeste do País. Acrescentavam que a primeira alusão conhecida a uma azenha, «num testamento de 1087 feito a favor do arcebispado [*sic*] de Coimbra, respeita a essa cidade, que foi fortemente marcada pela presença romana; e as outras menções imediatamente subsequentes respeitam a outras regiões nortenhas onde a influência árabe parece não ter sido significativa»⁵⁵.

Segundo estes autores, a azenha é um maquinismo de origem persa, também conhecido por «moinho romano», por ter sido mencionado e descrito por Vitruvius e mencionado por Lucrécio e Plínio nas suas obras. A partir dos fins do século III e início do seguinte, o seu uso ter-se-ia propagado, primeiro, em Roma e difundido, depois, lentamente por toda a Europa, embora a sua generalização se registre só entre os séculos X e XII⁵⁶. A descoberta recente daquela que é considerada a primeira azenha romana da Península Ibérica vem dar razão a estes autores⁵⁷, constituindo, assim, mais uma achega para a denegação do carácter fantasioso e exagerado da chamada «falha» tecnológica dos romanos⁵⁸. Como refere Jean-Pierre Brun, trata-se de uma azenha de copos, de propulsão superior com uma roda de aproximadamente 3 m de diâmetro. Era alimentado pelo aqueduto construído na época de Augusto.

Por volta do ano 800, a azenha veio a beneficiar de uma inovação importante. A roda vertical, em vez de ser movida pelas águas correntes de um rio, como sugere o texto de Vitruvius, «podia ser accionada por um fio de água conduzido pelo alto, por meio de uma caleira de madeira. A roda é assim obrigada a girar, não só pela impulsão exercida pelo jacto nas pélas como pelo peso da própria água, que enche pequenos depósitos de madeira construídos na roda»⁵⁹. No entanto, as primeiras «ilustrações explícitas de rodas altas não ocorrem antes da primeira metade do século XIV»⁶⁰. Cerca do ano de 800, é também adoptado um sistema de engrenagens com carrete, que permite à azenha uma força motriz inimaginável com o moinho de roda horizontal, podendo debitar uma potência da ordem dos 100-150 HP. Por outro lado,

bona
Bruner

como refere Abbot P. Usher, para além da maior potência possível, o sistema de engrenagens permite o desenvolvimento e a generalização deste tipo de moinho.

Refira-se, de passagem, que as mós circulares sobrepostas — inicialmente leves e transportáveis — terão sido descobertas aí pelo século III a. C. ou no seguinte, tendo sido difundidas entre nós a partir da colonização romana⁶¹.

No tocante à exploração mineira, os muçulmanos terão dado continuidade à herança dos romanos. Segundo Oliveira Marques, «é de supor que as quantidades de minério fossem pequenas, de utilização local e sem peso considerável quer no comércio quer no artesanato»⁶². O ouro era explorado em Almada, topónimo que significa exactamente a mina, o minério, o metal. Aí, o ouro vinha com a corrente, sendo recolhido nas areias das suas praias. Um pouco a sul, situa-se a mina da Adiça, explorada até ao seu esgotamento, nos finais da Idade Média. E ter-se-á explorado ouro também na região de Beja, nos vales do Tejo, do Mondego e no rio Arda, a norte de Viseu. No distrito de Beja havia minas de prata. Em Faro explorava-se o estanho, em Lisboa, o antimónio, na Idanha, o ferro.

As pedreiras de mármore e calcário e os barreiros foram igualmente explorados, quer para a construção, quer para a olaria. A par das pedreiras de mármore do Alentejo, de cuja utilização ficaram abundantes testemunhos, foi importante a exploração do calcário, especialmente nos distritos de Coimbra, Leiria, Santarém e Lisboa, sendo conhecida a sua utilização nos fornos de cal de Alcochete. Da exploração de outros minerais ficou igualmente notícia, nomeadamente do sal-gema, das minas de Rio Maior, ou do gesso na região de Lisboa. A extracção de gesso poderá estar na origem de topónimos como Algés⁶³.

No domínio da construção naval, onde a influência árabe terá sido decisiva, os dados são escassos. Sabe-se que havia estaleiros e ancoradouros em vários pontos da costa. Os bosques forneciam a madeira para a construção naval. A pesca da sardinha e do atum constituíam a actividade pesqueira mais importante. Além da pesca e do transporte de mercadorias, no litoral recolhia-se o âmbar. Na zona de Sintra e Sesimbra havia um âmbar de excelente qualidade, semelhante ao da Índia⁶⁴.

Ainda que não haja testemunhos arqueológicos que suportem a hipótese, o Karib terá influenciado a construção das caravelas e a técnica naval em Portugal do século XV. Segundo Helena Catarino, no século XIII, Afonso X ordenou que se traduzissem os mais importantes tratados de astronomia, astrologia e ciência náutica, como por exemplo *O Livro do Horizonte*

Universal, O Tratado do Astrolábio ou a Aritmética Mercantil. Este contributo tornou-se, mais tarde, fundamental para o avanço da expansão portuguesa e castelhana, com a utilização da matemática e do quadrante náutico, das tábuas astronómicas, do astrolábio, da balestilha e da generalização do uso da bússola⁶⁵. Iguamente decisiva parece ter sido a perspectiva da cultura mediterrânica face ao elemento aquático, oposta à visão do norte cristão, segundo a qual o mar é um espaço ameaçador, caótico, povoado de monstros. Esse diferente entendimento do mar por parte dos povos mediterrânicos, viria a tornar-se um factor constitutivo do feixe de fenómenos que levam os portugueses a saírem do seu espaço europeu, como veremos.

Em trabalho recente, referindo-se à génese da técnica construtiva naval conhecida por «esqueleto primeiro», Francisco Alves considera que, se vier a confirmar-se a origem ibérica e tipicamente «sarracena» dos destroços de dois navios descobertos, datados do século X e construídos segundo aquele princípio, confirmar-se-á «a dominância daquela tradição no espaço atlântico sob domínio árabe»⁶⁶. Em seu entender, a confirmação dessa hipótese «não parece excepcional se se atender à influência e ao profundo enraizamento das técnicas de tradição árabe em toda a Península, a expressão de uma cultura muito evoluída para a época, mormente no que respeita à ciência e à técnica». De resto, as abundantes fontes históricas de origem árabe, «até há bem pouco tempo negligenciadas por largos sectores da cultura europeia, e as mais modernas sínteses sobre a problemática em apreço, demonstram inequivocamente uma intensa e ininterrupta tradição árabe de navegação atlântica, que só declinaria a partir do século XIII»⁶⁷.

Outro aspecto, que é esboçado nos seus traços essenciais pelo mundo islâmico na Península Ibérica, pelo menos desde o século X, é o do arruamento das actividades artesanais. Essa tradição, como se sabe, vai manter-se e desenvolver-se, nos séculos seguintes, no sentido da sua regulamentação. A partir dos versos do místico de Mértola, Almertuli, Borges Coelho conclui que, no século XII, os mesteiros estavam já integrados numa organização de tipo corporativo⁶⁸. Os artesãos agrupavam-se em ruas, bairros ou praças, segundo as suas profissões, onde produziam e vendiam os seus artigos. Em Lisboa, por exemplo, após a Reconquista, continuaram a existir ruas e bairros de artesãos especializados que ficaram fixados na toponímia da cidade como a rua dos Sapateiros, a dos Douradores, a das Olarias, etc.⁶⁹. Compreensivelmente, estes fenómenos não seriam obliterados, nos séculos seguintes, pela dominação cristã. Como sublinha José Mattoso, «as actividades marítimas, a pecuária e a vida urbana são fenómenos da área concelhia do País, sobretudo da que sofreu a influência da civilização islâmica»⁷⁰.

Entre as cidades e vilas portuguesas onde foi mais intensa a presença muçulmana, contam-se Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal, Évora, Elvas, Beja, Serpa, Silves e, especialmente, Mértola. As escavações de Estácio da Veiga, em Mértola, e as de Cláudio Torres, mais recentemente, revelaram-nos uma grande quantidade de informações sobre o mundo muçulmano. Mas foi o Algarve «o território de maior diacronia de ocupação muçulmana»⁷¹.

A sobrevivência de um impressionante número de vocábulos — nomes comuns e especialmente topónimos — testemunha bem a importância que o árabe, escrito e falado, teve durante o período da chamada «Reconquista». Efectivamente, o árabe continuou a ser uma das línguas existentes no território português, nos séculos XI a XIII. Mesmo no século XV o árabe ainda era língua de notário⁷². A infindável enumeração de vocábulos de etimologia mourisca, prova à saciedade, afinal, que a cultura árabe foi uma cultura superior, penetrando, por isso, praticamente, em todos os domínios que asseguravam o dia-a-dia das populações, da construção civil à construção naval, da agricultura e da pecuária ao comércio e aos transportes, do conforto doméstico à administração do território.

São os alicerces, os andaimes, os alisares, a aldraba, as argolas, os azulejos, os algerozes, na construção civil ou as azêmolas, os almocreves, a albarda, os alforges, os atafais, a alcavala, a alfândega, o algibebe, a algibeira ou o abegão, no domínio dos transportes. Como refere Borges Coelho, todo o sistema de pesos e medidas se relaciona com a velha civilização mourisca. Palavras como arroba, alqueire, arrátel e almude só recentemente foram postas em causa pelo sistema decimal de pesos e medidas. Helena Catarino acrescenta: «A unidade de comprimento era o côvado padrão, feito a partir de uma cópia do que servia para medir a subida das águas do Nilo. Quanto às medidas de superfície, usava-se o côvado quadrado ou jarda ('arda), medida agrária de dez côvados»⁷³. Até ao final da primeira dinastia, as moedas portuguesas são mouriscas, nomeadamente os maravedis, os morabitanos e as dobras mouriscas. E na pesca ou na construção naval? Mais uma vez sigo o texto de Borges Coelho: «a vedação dos navios faz-se com alcatrão. Quem vulgarizou no Ocidente o uso da bússola e do leme vertical? Os navios aumentam de porte. Chamam-se xaveco, xalua, gelva e carraca. A última caverna da nau é a almogama. Usada pelos pescadores do Minho e outras praias portuguesas, a grande rede de arrastar é o aljarife; a rede larga, a alvitana», etc.

E que dizer das influências noutros domínios, como a alimentação, o vestuário, o conforto pessoal e doméstico? Aos árabes, diz Borges Coelho, devemos a confeitaria, o gaspacho, a açorda, a aletria, o arroz-doce polvilha-

do com canela. Os alfaiates tinham trabalho abundante. Na falta deles recorria-se ao adelo ou ao algibebe. Como refere F. Themudo Barata, «até meados do século XIV, a moda de raiz moçárabe tinha ainda forte tradição. Em Portugal usavam-se camisas, 'mudgabs', balandraus e aljubas; do guarda-roupa de D. Dinis constavam peças mouriscas e em inventários quatrocentistas aparecem panos deste tipo»⁷⁴. No interior, os nomes que nos ficaram sublinham a importância que a casa tinha no mundo muçulmano: a almofada e a alcova, a alcatifa, o ladrilho, o tapete, o alfinete, o toldo, ou a utilidade da alcofa, dos alguidares, da almotolia, etc. Na *Crónica da Conquista de Ceuta*, Zurara mostra-se deslumbrado com o requinte das luxuosas vivendas muçulmanas do seu tempo: «[...] grandes casas ladrilhadas com *tigelos* vidrados de desvairadas cores, e os tectos forrados de olival, com formosas açoteias cercadas de mármore muito alvos e polidos; e as camas brandas e moles e com roupas de desvairados labores, como vedes que geralmente são as obras dos mouros [...] nós outros, mesquinhos, que andamos no nosso Portugal pelos campos colhendo nossas messes, afadigados com a força do tempo, e à derradeira [hora] não temos outro repouso senão pobres casas, que em comparação com estas, querem parecer choças de porcos»⁷⁵.

E na administração? A influência neste domínio é igualmente impressionante. O governador militar é o alcaide, a sentinela a atalaia, o oficial o alferes. Os dirigentes municipais eram os alvasis, os fiscais do mercado os almotacés, nas finanças régias os almoxarifes, etc.

No campo da Ciência, herdada de gregos, indianos e persas, a sua influência é também conhecida, nomeadamente nos domínios da Astronomia, da Álgebra, da Física, da Geografia, da Medicina e da Alquimia⁷⁶. A farmacopeia medieval é igualmente devedora dos conhecimentos muçulmanos; Os aparelhos de destilação, os alambiques, usavam-se para purificar o vinagre e fabricar o álcool, com que se preparavam os medicamentos⁷⁷. As obras médicas de Pedro Hispano e S. Frei Gil de Santarém são exemplos precisos da influência árabe na cultura científica portuguesa dos primeiros séculos⁷⁸.

Os algarismos indo-árabes constituíram uma revolução, limitando a utilização do ábaco, embora a sua adopção, na Europa, tenha sido muito desigual e complexa, quer pelo aparecimento do ábaco em linhas horizontais, quer pela escassa disseminação da escrita, quer ainda pelo elevado custo do papel, ou mesmo pela confusão causada inicialmente pelo zero⁷⁹. Exceptuando a Península Itálica — que assume uma posição de vanguarda na técnica financeira e na contabilidade medievais —, o resto da Europa resistiu durante muito tempo. Só a partir dos séculos XV e XVI é que se generalizaria

Las un do algarismos

o novo sistema, embora as velhas práticas tenham perdurado, em alguns países europeus, até mesmo ao século XIX.

Após a Reconquista, os Muçulmanos terão continuado a dedicar-se a certos ofícios, como os de sapateiro, ferreiro, oleiro, esparteiro, albardeiro, pedreiro e carpinteiro, para além de outras muitas tarefas menos qualificadas⁸⁰. Muitos deles terão permanecido nos territórios reconquistados, chegando mesmo a fixar-se (e a diluir-se) nas regiões do Norte do Reino, onde a mão-de-obra na agricultura nunca seria em excesso⁸¹. As *Inquirições* provam, como refere Saul A. Gomes, que os primeiros monarcas portugueses, pelo menos até ao final do século XIII, «havia realizado um esforço intensíssimo pela disseminação de mouros, escravos e livres, pelos territórios reguengos do País nortenho e senhorial»⁸². Mais a sul, aos «mouros» eram reservados bairros próprios, as mourarias — urbanas e rurais. Muitas conseguiram obter personalidade jurídica própria. Nos séculos XII e XIII, a comunidade islâmica coimbrã diluiu-se paulatinamente⁸³. Noutros locais manteve-se diferenciada até mais tarde. Maria José P. Ferro Tavares diz que «a minoria moura forra se dedicava ao trabalho rural e à produção artesanal de cerâmicas, cestos, trabalho de esparto e tapeçarias — ficariam célebres, em finais do século XV, os mouros tapeteiros do rei»⁸⁴.

Um estudo recente sobre a comuna muçulmana de Lisboa veio confirmar os dados apresentados, sublinhando a importância que o sector secundário desempenhava na estrutura económica dessa comuna⁸⁵. De entre essas actividades sobressai a olaria (30%), o trabalho em fibras praticado pelos tapeiteiros, esteireiros, cordoeiros (28%) e as actividades ligadas aos metais (17,1%), para além dos sapateiros (3,7%), carpinteiros (3,7%), albardeiros (2,4%), vidreiros (2,4%), um azulejador e mesmo um foleiro da Casa da Moeda, «que figura, em 1471, como um dos privilegiados da comuna de Lisboa». No entanto, Maria Filomena Barros adverte de que a divisão por sectores é falaciosa porque, na realidade, não existia uma absoluta separação de actividades. «De facto, revela-se uma grande ligação dos mouros da cidade à actividade agrícola», sobretudo no domínio do cultivo da vinha e da oliveira. No *Auto da Barca do Purgatório* e na *Romagem dos Agravados*, Gil Vicente faz uma referência breve a esses camponeses que mourejavam e eram espoliados pelos cobradores de rendas ou pelos frades⁸⁶.

Mas se muitos artífices muçulmanos permaneceram no território conquistado pelas hostes portuguesas, muitos outros terão sido perseguidos e expulsos. Oliveira Marques considera que a organização industrial muçulmana, se tivesse persistido, sem quebra, durante a Idade Média portuguesa, teria tido condições para suportar o confronto com os têxteis da Flandres e da Itália e

com os metais da Alemanha. Acrescenta, no entanto, que «o seu inevitável declínio era já um facto na segunda metade do século XIII, depois das destruições da Reconquista, da fuga ou da morte de muitos artífices, das dificuldades ao livre florescimento do trabalho mouro e sobretudo da quebra ou rarefacção das ligações económicas com os centros produtores de matérias-primas de todo o Islão»⁸⁷.

1.2. O PESO E A IMPORTÂNCIA DA MINORIA JUDAICA

À medida que decresce em número e importância a comunidade muçulmana, cresce o número de judeus. Esta minoria aumentou sempre até à sua expulsão (ou conversão compulsiva), no final do século XV, graças à integração dos judeus expulsos de Inglaterra e França, no século XIII⁸⁸. Em toda a Península Ibérica, a minoria judaica representava cerca de 1% da população global, concentrando-se nas cidades, dadas as suas características essencialmente urbanas⁸⁹.

Como se viu de passagem, muitos artesãos judeus estiveram ligados à difusão do fabrico do papel na Península Ibérica. E terão sido eles, a par dos muçulmanos, os introdutores ou principais cultores de outras actividades e técnicas industriais. Em Portugal, esta minoria judaica manteve, após a Reconquista, uma cultura superior à da população cristã; «conservava a tradição e as técnicas da economia comercial, monetária e urbana da civilização árabe, numa sociedade em que predominava a economia em que o juro era considerado pecado»⁹⁰.

A maior parte das alusões aos judeus, a par da condição de proprietários, enfatiza o seu papel nos serviços prestados que os tornaram mais conhecidos: o empréstimo, o câmbio, o exercício de cargos públicos que exigiam o domínio da escrita ou conhecimentos médicos, contabilísticos e administrativos e, obviamente, o comércio, mormente o trato de produtos de proveniência longínqua. Os judeus dedicaram-se ao comércio de capitais; à administração da Coroa e de algumas grandes casas (eram hebreus os tesoureiros de D. Dinis e D. Fernando); à medicina (os médicos de corte também eram geralmente hebreus)⁹¹.

Mas as referências à sua presença nos mais diversos ofícios são escassas, por certo devido ao despeito atávico que lhes votava a hierarquia cristã. Note-se que a referência à introdução do papel na Galiza por judeus, no

século XI — anteriormente referida —, só ficou registada porque o abade de Cluny, Pedro Maurício, *o Venerável*, quis zombar dos judeus por fazerem papel com trapos!

Apesar de escassas, as referências disponíveis impõem que se lhes faça uma referência, por breve que seja, especialmente em ofícios melhor remunerados, de investimento inicial significativo ou naqueles onde a aprendizagem era lenta e se fazia corporativamente, como no de ourives, na produção e transformação de tecidos, no fabrico de armas, trabalho das peles, confecção de sapatos, pergaminho e papel⁹². Estudos futuros virão a revelar, por certo, a sua importância no desenvolvimento dos ofícios, nos séculos XII, XIII e XIV, pois, como refere Saul A. Gomes, os judeus eram, «na sua esmagadora maioria, oficiais mecânicos»⁹³. Entre os ofícios que dominavam, integrados no mundo artesanal, em tudo idêntico ao dos cristãos, citam-se os «dubadores de roupa velha, tecelões, besteiros de lã, feltreiros, gibeteiros, esmaltadores, ourives, carpinteiros, alvenéis e pedreiros. E também moleiros e lagareiros»⁹⁴. No século XIV, os ferreiros de Évora eram quase todos judeus e mouros⁹⁵.

A verdade é que as cidades e vilas, onde puderam estabelecer-se e dispuseram de liberdade de movimentos, as actividades artesanais e o comércio floresceram. Comércio e artesanato estavam, pois, intimamente ligados e os judeus desempenhavam, nesses domínios, um papel de relevo, ainda que com entraves. No entanto, sublinhe-se que, independentemente do proselitismo clerical, «as judiarias e as mourarias eram, até finais do século XIV, locais de convivência entre indivíduos de credos diferentes, que frequentavam as casas e as festas familiares e até religiosas de uns e de outros, sem qualquer vislumbre de agressividade»⁹⁶. Há testemunhos de que, nas áreas reconquistadas, os cristãos do norte foram encontrar artesãos muçulmanos, cristãos e até judeus a trabalhar nas mesmas tendas⁹⁷. Apesar de datarem do século XIV, as disposições legais de carácter segregacionista só seriam postas em prática na centúria seguinte⁹⁸.

A primeira judiaria de que há notícia documental segura é a de Coimbra⁹⁹. Ali se estabeleceram os judeus, antes do ano 950; dedicavam-se ao fabrico de sapatos, que vendiam no mercado citadino, segundo fonte de 1145¹⁰⁰. Maria Ângela Beirante diz que «boa parte dos habitantes das judiarias de Santarém se dedicava ao artesanato, como alfaiates, ferreiros, tintureiros, carneiros, etc.»¹⁰¹. Resta saber se essas actividades eram, então, exercidas exclusivamente por judeus.

No Algarve, no último quarto do século XIII, os judeus «desenvolveram infra-estruturas técnico-artesanais, controlando moinhos e fornos no

concelho de Silves». As referências disponíveis mostram tratar-se de uma actividade muito rendível. A hostilidade da população aos preços praticados terá imposto a intervenção do monarca¹⁰². Contra a cobrança de $\frac{1}{8}$ pela moagem do cereal se levantaram os vizinhos cristãos da cidade, conseguindo que D. Afonso III determinasse a maquia de apenas $\frac{1}{14}$ do alqueire. Nos fornos, os proprietários judeus apenas aceitavam cozer pão à razão do pagamento de $\frac{1}{20}$ do alqueire, determinando aquele monarca o abaixamento do preço para $\frac{1}{30}$ ¹⁰³.

1.3. AS ACTIVIDADES ARTESANAIS PORTUGUESAS ATÉ AO SÉCULO XV

1.3.1. *Contexto socioeconómico e político — breve bosquejo*

A partir do Ano Mil, a Europa viveu três séculos de expansão e progresso, com a demografia a registar o ponto mais elevado na primeira metade do século XIV. Foi a época das luzes europeias: «desenvolvimento urbano, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento económico, desenvolvimento cultural. As universidades, os cavaleiros, os burgueses, as corporações de mesteres, os legistas e os grandes teorizadores da moral, da religião e do Estado apareceram neste período histórico. O valor do tempo, a dignidade do trabalho e a capacidade reprodutiva do dinheiro ocuparam os espíritos e tiveram soluções fecundas. Infância da Europa»¹⁰⁴.

No entanto, nos reinos cristãos da Península Ibérica a realidade foi um pouco diferente. Até à expulsão dos muçulmanos, a actividade económica sofreu os efeitos da guerra de Reconquista, com os seus avanços e recuos, especialmente a região a sul do Tejo, com um cortejo de más colheitas, fomes, sedições, desorganização económica e social e conflitos políticos. O território dominado pelos muçulmanos, durante o período da Reconquista cristã, tornou-se numa marca permanente de fronteira. Como refere Oliveira Marques, as produções agrícola e artesanal baixaram, obrigando a uma dependência cada vez maior das importações. Acresce ainda que «muita gente fugiu do Norte para o Sul, inundando as cidades e até os campos com excedentes populacionais e, conseqüentemente, com mão-de-obra barata, proletários, mendigos e marginais de todos os tipos», de que Silves é o melhor exemplo¹⁰⁵.

José Mattoso considera o período entre 1190 e 1250 «como uma época de